

ESPAÇO E VIVÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES MODERNIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maurício Silva¹

Herdeiro de uma tradição cultural que tem na apologia da razão uma característica inelidível, o homem moderno ainda se debate entre dois conceitos que, embora sejam de natureza filosófica, encontram sua realização plena no pragmatismo do cotidiano: tempo e espaço. Filosoficamente, são conceitos que de certa forma relacionam-se diretamente com a própria existência humana, além de tudo o que está mediata ou imediatamente ligado à fenomenologia. Pragmaticamente, são coordenadas necessárias a toda e qualquer ocorrência física. Assim, não há qualquer possibilidade de se pensar o homem - racionalmente falando - fora dos parâmetros que, bem ou mal, definem conceitos tão voláteis como estes.

Concepções, por isso mesmo, indeterminadas, mas que não dispensam suas propriedades restritivas, responsáveis pelo fato de o ser humano sentir-se obrigado a atuar estritamente dentro de limitados marcos espaço-temporais. Desse modo, podemos dizer que, por se tratar de conceitos fluidos - o que em última instância nos permite pensar em alterações e mudanças contínuas -, tanto o tempo quanto o espaço estebelecem intrínseca relação com um singular processo de *transformações essenciais*. Daí o fato de termos a possibilidade de analisar os fenômenos, no âmbito temporal, sob uma perspectiva sincrônica e/ ou diacrônica; e, no âmbito espacial, numa ótica que vai da concepção de largura à de altura e profundidade.

De qualquer maneira, o homem não pode jamais - ainda sob uma avaliação estritamente racional, o que corresponde a dizer moderna - ser compreendido fora dos limites espaciais e temporais, sendo obrigado inevitavelmente a colocar-se à disposição das transformações a que tempo e espaço estão, em substância, sujeitos.

No Brasil, a chamada Primeira República tem sido estudada como uma fase histórica pródiga em transformações. Estas transformações, evidentemente, não são homogêneas, nem atingem a todas as suas personagens da mesma maneira.

Fazendo um desdobramento dos conceitos acima aludidos, poder-se-ia dizer que, a começar pelos próprios limites espaciais, não se pode afirmar - sem incorrer em erro crasso - que as transformações ocorridas durante a Primeira República tenham causado os mesmos efeitos na capital da República e nas suas mais distanciadas províncias. Igualmente, no que concerne aos limites cronológicos, seria incoerente dizer que tais transformações tenham sido uniformes durante todo o período que se estende da Proclamação da República (1889) até a Revolução de

¹ Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Professor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UNIFMU e do Centro Universitário Nove de Julho - UNINOVE, em São Paulo.

Vargas (1930), quando a oligarquia agrária é relativamente afastada do poder, completando-se a primeira fase do nosso período republicano. Ao contrário, é possível verificar, no que diz respeito às transformações do período, sensíveis diferenças entre uma fase de pré-transformações (1889-1902), considerada uma espécie de preparação para alterações mais radicais, encetadas pelo governo de Rodrigues Alves; uma fase de transformações propriamente ditas (1902-1922), quando o país passa por uma série de alterações não apenas estruturais, mas também ideológicas; e uma fase de pós-transformações (1922-1930), em que tais modificações já se revelam completamente incorporadas pela sociedade.

No presente ensaio, teremos como principal objeto de estudo as chamadas transformações modernizadoras, sobretudo de natureza urbana, ocorridas nos limites espaciais da capital federal (Rio de Janeiro) e nos limites temporais da fase aqui denominada de transformação (1902-1922). Neste contexto, daremos uma especial atenção aos efeitos que tais transformações tiveram no imaginário da época, na medida em que se pode constatar um reflexo significativo das mesmas sobre as concepções, aqui expostas, de tempo e espaço.

Transformações modernizadoras: questões preliminares

Antes de mais nada, é necessário que se desfaçam alguns equívocos conceituais, sem o que toda nossa metodologia de trabalho ficaria inevitavelmente comprometida.

Há que se distinguir, neste sentido, os conceitos de modernidade e modernização, fundamentais para o estudo que aqui buscamos realizar. O que corresponde a perguntar: seriam as transformações modernizadoras, ocorridas durante a Primeira República, um fenômeno de modernidade ou de modernização?

Procurando fazer uma distinção entre estes dois conceitos, Raymundo Faoro nos ensina que, embora ambos os processos estejam permeados por um certo direcionamento ideológico, há diferenças fundamentais entre os mesmos, na medida em que a concreção do primeiro passa pela prática efetiva da cidadania, e a realização do segundo, por uma atuação de natureza visivelmente autoritária, na sua discriminação classista:

“diga-se, por enquanto, que a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes.”²

Já o historiador José Murilo de Carvalho, num de seus excelentes estudos sobre este período, não hesita em apontar todo o processo de marginalização social a que teria sido submetida a população da época durante o desencadeamento da

² FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v. 6, n. 14, jan./abr. 1992, p. 08.

República³. Não seria exagero pensar que tal marginalização continuou sendo, após o processo de instalação da República, uma das mais relevantes características de uma política cruelmente marcada pelo domínio completo de uma oligarquia alheia aos reclamos da camada popular, ideologia esta que encontrou seu desfecho e sua melhor simbologia na concepção - própria do governo Washington Luís - da questão social como caso de polícia.

Ora, não é difícil perceber que a política modernizadora desencadeada a partir de 1889 - e até muito antes - esteve mais para um processo de modernização do que de modernidade, sobretudo por sua natureza excludente. Isso significa, no rastro dos dois autores acima citados, que se revelou antes uma atitude de protecionismo classista, uma vez que buscou privilegiar determinados setores da sociedade, efetivando uma modernização de casta. Afastado deste processo, o povo sofreria, mais tarde, todas as conseqüências maléficas do “progressismo” rodriguesalvesiano, que culminaria, entre outras coisas, com a revolta contra a política higienista de Osvaldo Cruz.

Neste sentido, é necessário ainda atentarmos para mais uma distinção. É sabido que o processo de modernização por que passou o Brasil nesta época teve como um de seus principais fundamentos a apologia do progresso. E quando falamos em progresso, há uma imediata associação deste conceito com o de desenvolvimento, o que nos levaria a pensar que a base concreta do processo aqui apontado poderia partir de uma deliberada política desenvolvimentista, levada a termo por nossos governantes republicanos. Cabe a esta altura uma segunda questão: teria o nosso processo de modernização, durante a Primeira República, tido com base concreta uma política desenvolvimentista ou uma simples estratégia de crescimento?

Não é de se espantar - já respondendo a esta questão - que houvesse uma assombrosa unanimidade entre a intelectualidade da época, no sentido de que a cidade do Rio de Janeiro teria passado, sobretudo a partir do começo do século, por um vertiginoso e infrene processo de crescimento urbano. E não é difícil, neste sentido, encontrar cronistas mundanos - espalhados pelas inúmeras revistas que se publicavam então - espantando-se com a velocidade dos acontecimentos: entre pasmo e admiração, entre elogios e críticas às transformações por que passava a Capital Federal, não podia faltar nem a visão épica de uma realidade cuja principal característica era modificar-se de forma mais rápida do que a população pudesse acompanhar. É o que se pode constatar da observação que o mais conhecido e festejado autor da época faz em relação à figura do engenheiro Paulo de Frontin, um dos responsáveis por todo o processo de modernização urbana na Capital Federal: “*opera e vence, o homem-força, cuja acção surpreende e desorienta a turba na pasmaceira e que a habituou na politicalha lerda*”⁴. Essa mesma perplexidade da população diante das transformações vertiginosas, que se pode depreender das palavras corretas de Coelho Neto, é-nos relatada por Raymundo de Athayde, falando agora de outra figura central em toda essa dinâmica progressista, Pereira Passos,

³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴ COELHO NETO. Gilliat e o polvo. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922, p. 67-71.

além de nos revelar o grau de afastamento da população das decisões governamentais, a qual era compulsoriamente conduzida pelos homens do governo:

“a população experimentava dest’arte a sensação de estar sendo conduzida abruptamente para um ambiente novo que a perturbava e às vezes a desgostava. As ruas cheias de poeira, o pó em turbilhão redemoinhava em dança louca por toda a cidade. Edifícios, prédios comerciais, casas de família, hoje estavam de pé, amanhã não mais existiriam. Nesse torvelinho, ninguém sabia onde começavam ou acabavam as ruas ou avenidas; onde moravam os amigos, o lugar certo da farmácia, da quitanda ou do açougue.”⁵

Na maior parte das manifestações que se verificaram, sobretudo na imprensa local, contra ou a favor de tais transformações, o que se pode constatar é, como se aludiu antes, uma gritante unanimidade no sentido de indicar mais um processo de crescimento do que propriamente uma deliberada política desenvolvimentista. Ou seja, mais um processo quantitativo de modernização do que um processo qualitativo, como nos ensina Henri Lefévre⁶.

Daí podermos concluir que, acima de tudo, aquilo que aqui chamamos de transformações modernizadoras - e que vigoraram incontestemente, enquanto atuação político-social e urbana durante toda a Primeira República - não foi senão uma conjunção de dois fatores distintos, embora interdependentes: a modernização e o crescimento. Além disso, pode-se observar que, em ambos os fatores, uma de suas principais marcas foi a completa marginalização da camada popular das decisões referentes à política social no Rio de Janeiro. Sem dúvida alguma, esse alijamento teria conseqüências indesejáveis à maioria da população, o que se iria refletir não apenas numa forma autônoma e original de agrupamento coletivo (favelas, morros e subúrbios), mas também numa série de manifestações contrárias à política oficial (greves e revoltas).

Cumprido, portanto, analisar em que medida tais transformações influíram no cotidiano da população e qual o seu impacto nos dois conceitos abordados logo no início do nosso trabalho: espaço e tempo. Neste sentido, convém desde já esclarecer que tanto as transformações ocorridas no âmbito do espaço, quanto no âmbito do tempo, cidadãos estabelecem uma relação imediata com o advento da urbanização do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Assim, por meio de uma leitura da realidade urbana que se instala na capital a partir do começo do século XX - isto é, através de um deliberado exercício de percepção urbana⁷ -, tentaremos desvendar a influência do processo de transformação modernizadora na vida dos cidadãos e da cidade.

⁵ ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos: o reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d., p. 250.

⁶ LEFÉVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

⁷ Para a noção de percepção urbana, consultar FERRARA, Lucrécia d’Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

Prevalência do espaço urbano: a cidade moderna

O processo de urbanização acelerado, desencadeado na cidade do Rio de Janeiro a partir do governo de Rodrigues Alves, teve conseqüências diversas na vida do moradores da capital. A própria cidade sofreu transformações inimagináveis até então, quando grande parte de sua região central foi atingida, num trabalho de remodelação urbana cujos primeiros passos ficaram conhecidos pelo sugestivo nome de Bota-Abaixo. Não é de se estranhar que as modificações de uma realidade tão concreta quanto parece ser a urbana tivessem conseqüências diversas também no imaginário popular, assunto que ainda está por ser devidamente estudado.

Todo esse esforço - que conseguia agrupar num mesmo ideal nomes tão importantes e diversos como os de Pereira Passos, Paulo de Frontin, Lauro Müller e Osvaldo Cruz - tinha, em última instância, um só objetivo: o de transformar a antiga e arcaica cidade do Rio de Janeiro num novo espaço de convivência social. Em outras palavras: numa cidade moderna.

As transformações modernizantes no espaço urbano da capital, contudo, começaram muito antes do que as atitudes tomadas pelos políticos do começo do século podem sugerir. Antes de se efetuarem as transformações da cidade propriamente dita, verificaram-se algumas importantes transformações na cidade. É o caso, por exemplo, de uma nova realidade técnica que se impunha desde meados do século XIX, com toda a sua parafernália mecanicista, onde não faltavam as ferrovias, as máquinas industriais, as armas de guerra, os aparelhos de precisão mecânica e, mais tarde, os automóveis.

Com efeito, em pouquíssimo tempo a população urbana tomava contato com uma outra realidade, até então desconhecida: ganhava corpo o mundo inovador da tecnologia, factível não apenas graças à revolução industrial que vinha ocorrendo na Europa finissecular⁸, mas também à adoção de uma série de novos meios energéticos pelo Brasil, modificações tecnológicas que trariam conseqüências inenarráveis ao imaginário da população, criando as mais diversas representações fantasmagóricas⁹.

As transformações urbanas propriamente ditas, as modificações ocorridas no aspecto físico da cidade, influíram de forma decisiva na vida particular dos cidadãos. Tiveram como modelo inegável a remodelação da capital francesa promovida por Haussmann e seus colaboradores, o que levaria um anônimo cronista, nas páginas de uma famosa revista mundana, a chamar o próprio Pereira

⁸ Trata-se da chamada Segunda Revolução Industrial, ocorrida na Europa em fins do século XIX, cujo caráter modernizante-cosmopolista exerceria sensível influência em todo o mundo (cf. SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 114, jan. - jun. 1983, p. 85-94). Neste contexto, até a passagem da Monarquia para a República já vem sendo considerada uma conseqüência direta do processo de modernização ocorrido na época (cf. PETRONE, Maria Theresa Schorer. As crises da Monarquia e o Movimento Republicano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985, p. 31-41).

⁹ HARDMAN, Francisco Foot. Técnica e sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial. *Remate de Males*, Campinas, n. 7, 1987, p. 157-166.

Passos de “Hausmann brasileiro”, cujo principal mérito estava no fato de ter emancipado a cidade de seu “anachronismo colonial” e de ter rejuvenescido a sua deplorável “senectude provinciana”¹⁰. A intenção primeira destas transformações modernizantes foi, portanto, dar à Capital Federal um feitiço menos provinciano e anacrônico: trata-se da interminável luta entre a cidade arcaica e ultrapassada e a cidade nova e moderna, que começava a despontar.

Neste embate sem tréguas, tudo começava pelas inumeráveis demolições, que atingiam indistintamente ruas e casas, monumentos e igrejas, e que tiveram como principal marca a derrubada do Morro do Castelo: tendo começado em 1904 e seguido, com interrupções, até a década de 1920, o trabalho de derrubada do Morro criou um verdadeiro alvoroço na cidade, com opiniões diversas por toda parte. Não havia meio de ficar indiferente às obras de demolição da famosa colina, que, de fato, mexia profundamente com o imaginário da população¹¹. Na imprensa e fora dela, as opiniões divergiam, indo desde os que louvavam a decisão de se extirpar aquele “kisto na aorta da cidade”, até os críticos mais obstinados do que se considerava uma empreitada verdadeiramente desumana e dispendiosa¹².

Após as demolições, as construções. Estas iam desde a edificação de monumentos e teatros, até o alargamento de ruas e a remodelação de quarteirões inteiros. E se o Morro do Castelo foi a marca principal da fase demolidora do Bota-Abaixo, não há como deixar de ver na construção da Avenida Central o símbolo maior da reorganização urbanística da cidade.

Com efeito, louvado em prosa e verso por alguns e criticado a plena voz por outros, o processo de remodelação da capital teve na Avenida Central um marco indelével. Para a abertura daquela que, em pouco tempo, se tornaria a verdadeira vitrine da cidade, não se mediam esforços: não havia lei, edificação ou comunidade que pudesse impedir a abertura da gloriosa avenida. A impressão generalizada era de uma guerra total, como se pode verificar nos comentários e nas fotografias veiculadas ostensivamente pela pomposa revista *Kósmos*¹³. Além disso, os trabalhos

¹⁰ Anônimo. O Memorial da Sociedade dos Architectos: o Rio de Janeiro de hontem, de hoje e de amanhã. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 1922.

¹¹ Com efeito, corria, no começo do século, a notícia de que os jesuítas, expulsos do território nacional pelo Marquês de Pombal, teriam escondido, no Morro, lendário e valioso tesouro. Feito o desmonte, o que se descobriu não foi mais do que algumas galerias subterrâneas, que guardavam parco material sem valor monetário (DUNLOP, C. J. *Rio antigo*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1960). Tais fatos foram responsáveis, pelo menos, por uma importante estréia no jornalismo profissional, a de Lima Barreto, que em 1905 escreve para o *Correio da Manhã* uma série de reportagens em torno destas escavações e descobertas (cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981).

¹² Para a primeira opinião: consultar Anônimo. Pela Belleza do Rio. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 31, jul. 1922. Para a segunda, consultar as considerações de Coelho Neto que, entre outras coisas, compara nosso morro nativo ao portentoso Etna italiano, curiosamente considerando o primeiro um “morro Jeca-tatú” (COELHO NETO. O Etna. *Bazar*. Porto: Chardron, 1928, p. 58-63).

¹³ Consultar, entre outros, o extenso artigo dedicado à Avenida Central escrito por Alfredo Lisboa (A Avenida Central. *Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904). Além de inúmeras fotos dos trabalhos de abertura da Avenida, publicou-se ainda, neste

de abertura da avenida foram motivo de comentários dos mais diversos cronistas mundanos da época, de Coelho Neto e Lima Barreto a Humberto de Campos e Olavo Bilac. E, com certeza, do mais expressivo e polêmico de todos eles, o pitoresco repórter dândi João do Rio, entusiasta do progresso urbano e cujas reveladoras palavras sintetizam bem a importância da Avenida Central para a cidade modernizada que então começava a se impor:

“quando esse grande homem (Rodrigues Alves) quebrou uma fita que inaugurava a Avenida Central (...) resumiu o seu governo, criou um simbolo, marcou uma data. O Brasil, em usos, costumes, idéias, forças de projeção, ficou dividido: o Brasil de antes da Avenida, e o de depois da Avenida (...) porque essa artéria é o poema das aspirações do Brasil moderno.”¹⁴

*

Há ainda um outro aspecto do processo de urbanização ocorrido no Rio de Janeiro do início do século intimamente ligado ao que chamamos aqui de transformações modernizadoras: trata-se da obstinada tendência de se considerar toda a sistemática de modernização da cidade como uma autêntica ação civilizatória. Neste sentido, e numa perspectiva bastante curiosa, modernizar e civilizar passaram a ser considerados verdadeiros sinônimos.

Já foi por demais citada a divisa “o Rio civiliza-se”, criada por Figueiredo Pimentel e que se tornou o símbolo das transformações por que passava a Capital Federal no começo do século. Nesta expressão sintética, estaria representado não apenas todo um processo de civilização explícita que ia tomando corpo paulatinamente nos centros urbanos, mas também a idéia de que tal processo seria uma conseqüência direta das transformações modernizadoras de natureza urbana por que passavam as grandes cidades.

Num contexto como este, a antiga oposição entre a cidade arcaica e a cidade moderna emerge sob uma nova roupagem: agora, o que se contrapõe é, antes, a civilização e a barbárie. Reabre-se, assim, uma disputa que, desde os primeiros anos da formação latino-americana, tinha como pólos opostos a cidade e o campo¹⁵, admitindo o espaço urbano como cenário unificado para o embate e passando a contrapor dois lados de uma mesma realidade espacial: a civilização e a barbárie urbanas. Curiosamente, esta oposição vai receber novo desdobramento, em que a civilização passa a ser representada pela área central e a barbárie, pelo subúrbio.

mesmo número, uma interessante planta da mesma, em escala 1:4000, com uma referência a cinquenta e três terrenos adquiridos pela municipalidade e o espectro do seu perfil longitudinal.

¹⁴ RIO, João do (sob o pseudônimo de P. B.). *Bahia Illustrada*, n. 39, jun. 1921, p. 86-88. Opinião análoga, o autor já tinha veiculado um ano antes na revista *Brazil Illustrated*.

¹⁵ A respeito do triunfo da cidade urbana e civilizada sobre a barbárie rural na história da América Latina, consultar, dentre a vasta bibliografia existente: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Esta distinção não podia escapar - como de fato não escapou - aos olhos atentos e sempre críticos de alguns cronistas da época, entre eles o maior retratista da realidade suburbana de então: de fato, Lima Barreto, o grande romancista carioca dos subúrbios, situa alguns de seus principais romances naquela parte tão esquecida da cidade. E, mais do que isso, o crônista carioca revela uma consciência nítida dessa distinção perversa: “*vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena*”¹⁶.

Mas esta divisão, como era de se esperar, não possuía apenas detratores. Havia também os entusiastas da civilização infrene, que defendiam uma atitude mais rígida do governo e que não hesitavam em fazer uma relação direta entre urbanismo e civilização. Cabem, neste caso, as figuras do já citado João do Rio, talvez o principal defensor de um processo civilizatório sistemático, e do poeta e crônista Olavo Bilac, cujas palavras reveladoras não deixam dúvida sobre a relação acima aludida: “*não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade - se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é civilização*”¹⁷.

Um dos aspectos mais interessantes dessa ligação entre urbanismo e civilização - vale dizer, de toda essa ação civilizatória promovida pelo governo e pela elite modernizante - é a intensa campanha em favor da higienização da cidade. Assim, com a propaganda higienista encabeçada pela célebre figura de Osvaldo Cruz, o que podemos chamar de urbanismo civilizatório ganha expressão máxima, e a higiene passa a ser a ordem do dia.

Mais uma vez, o modelo é a Europa civilizada, particularmente a França, que conheceu semelhante febre da higienização a partir do final do século XIX¹⁸. Nas páginas de nossas revistas mundanas, eram assim comuns conselhos de toda espécie, desde a advertência de que a “*higiene moderna*” recomenda subir quatrocentos ou mais degraus de escada por dia (*Eu Sei Tudo*), até o incitamento à dança e aos banhos de mar (*A Cigarra*), sem nos esquecermos de alguns curiosos inventos adequados à higienização dos corpos, como um pequeno instrumento destinado a promover nada mais do que o “*beijo antiseptico*” (*Eu Sei Tudo*). Não sem razão, as personagens de um dos mais importantes romances históricos de Coelho Neto, que trata precisamente da vida urbana carioca na passagem do século,

¹⁶ BARRETO, Lima. O prefeito e o povo. Marginália. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 117-119. Sobre a caracterização de Lima Barreto como autor que privilegiou a temática suburbana, ver Lúcia Miguel-Pereira, para quem ele teria sido “o cronista de seus muitos amados subúrbios” (Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Merito, 1948, p. 13-21) e Moisés Gicovate, para quem ele foi “o romancista da vida dos subúrbios” (*Lima Barreto: uma vida atormentada*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.).

¹⁷ BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.

¹⁸ Cf. WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Para os fundamentos sócio-ideológicos da propaganda higienista de Osvaldo Cruz, cf. MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e miséria: as raízes da Revolta de 1904*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).

tem como uma das principais características idiossincráticas o hábito de tomar banhos¹⁹.

No fundo, pode-se constatar perfeitamente que o que se tinha em mente com toda essa dinâmica civilizatória não era senão a consolidação definitiva de um verdadeiro espaço higienizado. Só assim seria possível civilizar a população e, mais do que isso, dar por concluído todo o processo de transformações modernizadoras iniciadas desde o começo do século, já que a higiene passou a fazer parte indissociável do mesmo. É precisamente neste contexto que podemos entender as palavras lapidares de um dos mais copiosos cronistas da época, que - em sintonia com a proposta de Bilac de se instaurar entre nossos jovens a higiene obrigatória, mesclando sintomaticamente patriotismo e higienismo - proclama: “o futuro do Brasil está, efetivamente, muito mais na torneira, na caixa d’água, na margem do rio, do que na escola, no livro, no banco da Academia”²⁰.

*

No processo de consolidação do espaço urbano verificado no Brasil do começo do século, reformas urbanísticas e morais (se por moralidade entendermos um vago sentido de civilidade) vigoraram incontestemente. Aliás, atuaram em conjunto no sentido de dar à cidade uma nova face, uma face mais “honestas”, em oposição ao seu feitio anacrônico e colonial. Neste sentido, urbanismo e civilidade são lados de uma mesma moeda: a moeda da modernização. Trata-se, em última instância, de transformações mais ou menos aprofundadas que tiveram como intuito modificar não apenas o aspecto externo da cidade, mas também o *modus vivendi* de seus cidadãos, privilegiando uma nova sociabilidade.

As conseqüências destas transformações todos nós conhecemos: de um lado, não apenas o alijamento das populações mais pobres da área central da cidade, realidade física eleita como o espaço por excelência das transformações, mas também a marginalização desta mesma massa popular da nova sociabilidade que se instaura neste espaço; de outro lado, a divisão entre dois tipos de comunidades que, por força da situação, acabaram convivendo numa mesma cidade - a dos civilizados (ou higienizados) e a dos bárbaros, evidência que teve o seu trágico desfecho na histórica Revolta da Vacina.

Neste sentido, podemos dizer que houve de fato, nessa época, uma prevalência do espaço urbano, apontando claramente para a intenção de tornar a Capital Federal uma cidade moderna. Moderno, aqui, significa não apenas novo e universal,

¹⁹ Cf. COELHO NETO. *A conquista*. Porto: Cardron, 1921. Ver também seu romance *A Capital Federal*, onde o banho representa, a um só tempo, a saída de uma condição de barbárie e o “batismo da civilização” (apud BROCA, Brito. Coelho Neto e Arthur Azevedo. *Revista do Livro*, ano III, n. 12, dez. 1958, p. 193-194).

²⁰ CAMPOS, Humberto de. O prestígio do sabonete. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 81-84. Afrânio Peixoto, outro cronista da época, era igualmente um entusiasta da higiene como processo civilizatório da população brasileira (Cf. PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975).

mas também higiênico e civilizado. Os agentes dessa modernização, evidentemente, foram - além dos políticos comprometidos com as chamadas transformações modernizadoras - uma classe social bastante distinta, que agrupava desde uma elite cosmopolita ávida por adotar os modelos europeus de convivência social até cronistas mundanos de periódicos locais, que não hesitavam em utilizar sua pena para louvar estas mesmas modificações. Por tudo isso, é mais do que simbólico o fato de que Olavo Bilac, considerado na época uma das maiores expressões literárias nacionais, tenha dado irrestrito apoio aos trabalhos de reformas por que passava a cidade e a sociedade como um todo, e, através de uma encomiástica retórica, onde urbanismo e civilismo passam a ter um mesmo e único sentido, tenha elogiado abertamente a atuação salutar do que muito apropriadamente chamaria de “*picaretas regeneradoras*”²¹.

No ritmo do tempo urbano: vida moderna

Não foi apenas no sentido de criar uma cidade moderna que as transformações modernizadoras desencadeadas no Brasil republicano atuaram. Era de se esperar que tais modificações - de natureza fundamentalmente urbana, mas de conseqüências que ultrapassavam essa realidade - também tivessem reflexos na concepção de tempo desfrutada pelos habitantes do Rio de Janeiro.

Com efeito, para além das alterações vivenciadas pelo espaço urbano - no sentido de se criar um espaço moderno e civilizado -, há que se ressaltar as alterações sofridas pelo próprio tempo urbano, que acabavam resultando inevitavelmente num novo estilo de vida, numa incipiente *vida moderna*.

Como, portanto, seria essa tão inesperada vida moderna, que subitamente tornou-se um dos assuntos preferidos dos agentes de comunicação e sociabilização urbanos? Em primeiro lugar, à nova realidade que se instaurava correspondia uma nova forma de convivência social, que pressupunha - antes de mais nada - a disposição de um tempo previamente determinado. Já não se podia considerar a antiga conversa à porta de casa, o velho cavaco descompromissado, a ultrapassada palestra de comadres e compadres em torno de uma mesa lauta ou simples como formas de convivência social do novo espaço urbano. A nascente realidade que se estabelece colocou o país na órbita das grandes civilizações ocidentais, tornando o Rio de Janeiro - pelo menos aos olhos de seus habitantes - uma grande metrópole urbana. E os modelos de convivência são outros, como outros serão os lugares e o modo de se relacionar socialmente: agora, têm-se teatros novos e reformados, os cinematógrafos começam a se popularizar, tornando-se verdadeiros espetáculos de tecnologia, a velha Rua do Ouvidor ganha ares modernos, além do que a cidade adquire, com a Avenida Central, uma nova passarela para o afetado relacionamento de sua sociedade mundana. E tudo isso requer, antes de mais nada, uma relação diferente com a velha concepção de tempo, requer um tempo que obedeça ao novo ritmo da cidade, um tempo urbano.

²¹ BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). Chronica. *Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1904.

Há toda uma realidade tecnológica que altera sensivelmente a relação do homem com o tempo: os telefones tornam as conversas mais ágeis e dinâmicas, os automóveis e os bondes elétricos diminuem as distâncias, instaurando na cidade toda uma complexa rede de vasos comunicantes (várias ruas são alargadas, possibilitando um maior escoamento dos automóveis e dos pedestres), estradas de ferro são inauguradas. A máquina é espetáculo, e um pequeno instrumento de medição do tempo começa a se tornar peça obrigatória: o relógio de pulso. Se acrescentarmos a tudo isso, os salões, os cafés, os banhos turcos, os progressos domésticos, não será difícil perceber que a vida ganhava um novo ritmo, muito mais frenético, muito mais extático, muito mais vertiginoso²².

A literatura entra no ritmo da cidade, a escritura se altera, tornando-se mais dinâmica e ligeira²³. Também no que diz respeito à temática tratada pelos livros, é possível verificar relações entre a literatura e o processo de modernização por que passava a cidade: Lucília, num dos romances de Coelho Neto que melhor trata desta questão, ao chegar à cidade se vê vítima de um “*atordoamento vertiginoso*”, em meio à “*circulação estonteante de automóveis, correrias, atropelos, pregões, tinidos de campanhas e um soturno rumor continuo, reboante, vindo de longe como cachoeira*”; Mario Lacosta, num dos melhores contos de Benjamim Costallat, teria manifestado o desejo de “*conhecer em seus detalhes a vida internacional e moderna do Rio*”, compartilhando da intimidade de seu “*moderno amigo e de sua moderníssima amiga*”; num conto de Arthur Azevedo, Salema confessa ter procurado obstinadamente a viúva Perkins “*nos bondes, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nos bailes, nos passeios, nas festas*”; e mesmo um autor tão crítico dos modernismos urbanos como Lima Barreto não hesita, num de seus romances, em se referir ao Teatro Lírico, embora com uma ácida ironia, como o “*ponto mais elegante do Brasil; ponto para que convergem tudo que há de mais fino na minha terra*”²⁴.

Tudo isso pressupõe, evidentemente - como vínhamos ressaltando desde o princípio - um novo ritmo de vida, que poderia ser sintetizado numa única e expressiva palavra: velocidade.

*

Com efeito, a tão decantada vertigem causada pela velocidade tomou conta da cidade nas primeiras décadas do século. Não é de se espantar que todos - de populares a intelectuais - ficassem pasmados diante do novo ritmo - veloz, ligeiro, célere - que a cidade ia adquirindo.

²² Cf. ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

²³ Para a relação entre a literatura e a técnica no começo do século, consultar SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

²⁴ Os trechos aqui transcritos referem-se, respectivamente, às seguintes obras: COELHO NETO. *O Polvo*. São Paulo: Jornal do Comércio, 1924; COSTALLAT, Benjamim. *Modernos...* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1920; AZEVEDO, Arthur. *Vida alheia: contos e comédias*. Rio de Janeiro: Bruguera, s.d.; BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

Além da multidão de pessoas que invadia as ruas da antiga cidade pacata e provinciana (o *turbilhão* urbano de que tanto se falou na época), havia ainda o ritmo frenético dos automóveis, novos habitantes de uma cidade que não parava de crescer. Crescer e correr. A “alta” taxa de acidentes automobilísticos assustava os cidadãos, sempre perseguidos pelos *chauffeurs* inescrupulosos. Havia, neste sentido, entre os cronistas da época, uma unanimidade de vozes contra todo tipo de motoristas e automóveis: desde os bondes elétricos até os carros de praça. Nos periódicos mundanos e livros de crônica em geral, era possível encontrar algumas charges sobre o assunto, sempre carregadas de uma cômica ironia; ou então coléricos artigos, reclamando providências contra o descaso com que os pedestres eram tratados pelos motoristas; ou ainda curiosas crônicas de ocasião, onde, por exemplo, era possível encontrar - num misto de ironia, graça e desilusão -, inesperadas descrições sobre a experiência pessoal de ser atropelado²⁵.

Não eram apenas os acidentes que incomodavam os habitantes da nova cidade. Mais do que isso, era a velocidade mesma com que os motoristas dirigiam suas máquinas poderosas, fazendo das turbilhonantes ruas da cidade verdadeiras pistas de corrida. Realidade descrita até mesmos nas crônicas humorísticas e descompromissadas com que Humberto de Campos brindava seus leitores nas páginas do *Imparcial*, sob o pseudônimo de Conselheiro XX:

*“a fúria com que os automóveis percorrem a cidade, deixando pelas ruas, em dois traços de sangue, o rastro das rodas assassinas, está reclamando uma providência enérgica emanada das autoridades policiais. Dia não há, realmente, em que se não registre uma vítima dos chauffeurs, e tudo provém da velocidade com que marcham os carros.”*²⁶

Acidentes à parte, a vertigem da velocidade tomava conta também de outras realidades não menos palpáveis e cotidianas. É o caso, por exemplo, das profissões. Em função da velocidade, os motoristas dos antigos coches eram substituídos pelos motoristas de velozes automóveis; o comércio ganhava um aliado de peso, cuja principal função era divulgar uma maior quantidade de produtos num menor espaço de tempo: a publicidade; as máquinas industriais agilizavam a produção, e entrávamos na era da mecânica, cujo principal símbolo seja talvez o tear mecânico, a tomar o lugar das famosas costureirinhas; o transporte entre continentes, começava a ganhar o auxílio do velocíssimo avião; e até a guerra se tornava mais ágil com o advento das novas e poderosas armas de combate.

O Brasil, como o mundo, caminhava em ritmo acelerado.

²⁵ Para as charges: Desastre e Optimismo, *Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro, n. 3, 30 ago. 1917. Para as críticas coléricas, ver a afirmação de Couto de Magalhães que, embora trate particularmente de São Paulo, reflete a mesma situação que enfrentava na época a cidade carioca: “*ha motoristas que esmagam um corpo humano, com a mesma indiferença com que passam sobre um pedaço de pau atravessado na estrada*” (MAGALHÃES, Couto de. Aspectos da rua: os autos. *A Cigarra*, São Paulo, n. 08, ago. 1914). Para a experiência do atropelamento: LUSO, João. Impressões dum atropelado. *Reflexos do Rio*. Porto: Chardron, 1923, p. 31-38.

²⁶ CAMPOS, Humberto (sob o pseudônimo de Conselheiro XX). Os automóveis. *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944, p. 191-193.

Mas nenhuma outra profissão deve ter sentido mais a influência da velocidade do que a de escritor. Com efeito, não há trabalho que requeira mais paciência, mais disponibilidade de tempo, mais disposição para o estatismo do que o de escritor, que precisa pensar, planejar, formular, redigir, corrigir, reescrever e passar tudo a limpo antes de ver seu trabalho impresso. Sem dúvida alguma, escrever é, a um só tempo, a arte da reflexão e um exercício de paciência. Pelos menos, até o advento do progressismo tecnológico, que com suas máquinas de datilografia, com suas impressoras mais rápidas e ágeis, com a profissionalização do escritor a partir da expansão da imprensa, proporcionou uma sensível mudança no cenário da escrita, substituindo a *écriture artistique* dos adeptos da Arte Nova pela *écriture automatique* divulgada pelo Surrealismo.

Muitos perceberam estas modificações e sofreram suas inevitáveis conseqüências, sendo obrigados a tornar suas produções mais curtas e viáveis (inclusive obedecendo a uma tendência do público, no sentido de adquirir maior quantidade de informações num menor espaço de tempo), além de precisarem se submeter a uma nova concepção de escritura - mais *ao correr da pena*. Até mesmo os gêneros literários sofreram as conseqüências inevitáveis destas transformações, já que esta pode ser considerada uma época em que os romances longos e marcados pelo enredo carregado da fase romântica são substituídos pela prosa ligeira das crônicas mundanas²⁷. Não é de se espantar, por exemplo, que Coelho Neto se sinta obrigado a dedicar uma de suas inúmeras crônicas exatamente ao tema da profissionalização do escritor, descrevendo a cidade no momento em que “*de afogadilho, urgido pelo tempo*” escreve sua coluna jornalística para *A Noite*; ou então que uma das personagens de João do Rio, falando sobre a vida agitada numa estação de águas, cujo *way of life* era inegavelmente o mesmo do da Capital Federal, afirme: “*a vida não me dá tempo de escrever*”; ou ainda que Humberto de Campos - outro profissional da escrita jornalística -, numa abordagem um pouco mais ampla, se sinta assombrado diante do despotismo do tempo: “*tudo realmente, entre nós, é pressa, é impaciência, é ânsia, é desejo de chegar. Ninguém espera mais pela queda dos grãos da ampulheta. A árvore do Tempo é nervosamente sacudida pelo tronco, para que se desprendam, de pronto, e em cacho, os frutos louros das Horas*”²⁸.

A velocidade, com efeito, exercia inegável influência em todos os âmbitos sociais - do trabalho à vida mundana, da escrita ao comércio, da cultura à economia. Cria-se, como já se ressaltou mais de uma vez, uma nova dinâmica social e urbana e, conseqüentemente, um novo tipo de cidadão, a que muito apropriadamente

²⁷ Sobre a profissionalização dos escritores nesta época e a prevalência da crônica como gênero literário, consultar DIMAS, Antônio. *Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?* *Littera*, São Paulo, ano IV, n. 12, set.- dez. 1974, p. 46-51; MARTINS, Luis. *Do folhetim à crônica. Suplemento Literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1972, p. 11-18; e SÜSSEKIND, *Cinematógrafo...*

²⁸ Para Coelho Neto, cf. *Às pressas. Meu dia*, p. 79-82; para João do Rio, cf. *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione, 1992; para Humberto de Campos, cf. *A Academia. Da Seara de Booz (1915-1916)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1945, p. 213-216.

poderíamos chamar de *homo velox*, um ser totalmente dominado pelo descontínuo e pelo imprevisto²⁹.

Essa realidade tem muito a ver com um novo estilo de vida que se impunha, sendo ao mesmo tempo causa e conseqüência deste. Para uma vida moderna, uma concepção moderna de tempo. Para um espaço moderno, um tempo moderno. Por isso, é impossível pensar na nova dinâmica tempo/ espaço que começava a surgir no início do século - fato premonitório de uma modernidade emergente -, sem considerar os novos ritmos de vida que se estabeleciam na cidade, como sugere e sintetiza, desde o seu título, uma das mais significativas e impressionantes crônicas de Hermes Fontes:

*“A successão dos factos e a evolução dos usos tendem a acelerar, dia a dia, o rythmo da vida contemporanea, propulsionando-a em movimentos que levam à vertigem e em pulsações cuja intensidade vibratoria vae mantendo-a em estado normal de febre (...) Reina em todos os desejos e em todos os negocios a preocupação geral da synthese, de sorte que em todos os ramos da intelligencia e da actividade a fórmula victoriosa é a do Maximo no Minimo, isto é, a possibilidade de essencializar no minuto que passa, todas as sensações da hora que vem (...) Nessa lueta constante de motores e dynamos, forças cegas que o homem põe a febricitar na ancia de resumir, em seu proveito, o tempo e o espaço, e em que a locomotiva cede á aeronave, o teatro ao cinema, o livro ao magazine, o desenho á vinheta, a paixão ao capricho, o amor ao béguin; nessa effervescencia rotativa, turbilhonante, que é, em nossos dias, a civilização - a noção de julgar, de bem apreciar os valores humanos, cada vez mais se burla, se dificulta, e, de restrição em restrição, resultará em impossibilidade absoluta.”*³⁰

Conclusão

Sem dúvida alguma, as primeiras duas décadas do século passado podem ser consideradas um autêntico período de transformação, mas mais ainda de transição. Transição para o novo, para o moderno que já se avizinhava. Transição, inclusive, para uma nova concepção de nação, que ia paulatinamente abandonando sua condição arcaica para alcançar uma ansiada condição moderna.

Curiosamente, o efeito de toda esta dinâmica reproduzia a dialética - já apontada em outras épocas - das idéias fora do lugar, já que ao lado de todo um aparato modernizante, a realidade social continuava a ser a da discriminação, a do preconceito, a da pobreza. Em uma palavra: a do atraso. Assim, modernização e arcaísmo conviviam, na verdade, lado a lado, separados apenas por um frágil

²⁹ Cf. FABRIS, Annateresa. O cenário e o espaço do trabalho: representações da modernidade na produção cultural brasileira (1900-1922). *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 50, jan. - dez. 1992, p. 145-150.

³⁰ FONTES, Hermes. Os novos rythmos da vida. *Juizos Ephemeros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 13-20.

limite imaginário ou concreto, que poderia ser simbolizado tanto pelo traçado da nova e deslumbrante Avenida Central quanto pelo umbral da refinada Confeitaria Colombo³¹.

Transição também para concepções diferentes de tempo e de espaço, como acabamos de ver, em que a uma cidade nova corresponde um novo ritmo de vida: instala-se, na nossa velha capital, uma nova urbanidade.

Trata-se, antes de tudo, de uma inaudita constatação da mudança, um tema recorrente na cultura luso-brasileira, desde Camões e Gregório de Matos até os dias atuais. E que, nos primeiros anos do presente século logrou ser devidamente representada pelas páginas efêmeras e requintadas das nossas revistas mundanas. Daí o fato de ser mais ou menos comum encontrarmos nos periódicos da época frases que denotavam, numa mistura de espanto e êxtase, semelhante consciência: “cidade minha amada, como vais mudando! (...) mudando tanto e tão depressa”³².

No limiar de uma nova era, as transformações modernizadoras por que passava o Brasil já alertavam para uma imprevisível realidade que despontava, ainda informe, no nebuloso horizonte do país.

Bibliografia

ANÔNIMO. O Memorial da Sociedade dos Architectos: o Rio de Janeiro de hontem, de hoje e de amanhã. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 1922.

ANÔNIMO. Pela Belleza do Rio. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 31, jul. 1922.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos: o reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d.

AZEVEDO, Arthur. *Vida alheia: contos e comédias*. Rio de Janeiro: Bruguera, s.d.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

BARRETO, Lima. *O prefeito e o povo*. Marginalia. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1904.

_____. *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.

BROCA, Brito. Coelho Neto e Arthur Azevedo. *Revista do Livro*, ano III, n. 12, dez. 1958.

³¹ Semelhante paralelo é possível verificar, por volta da mesma época, em São Paulo, onde, inclusive, logrou plena realização - em face das transformações modernizadoras - o processo de remodelação espaço-temporal presente na capital (cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole - São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia de Letras, 1992). Não é despropositado, neste sentido, apontar um papel análogo ao desempenhado pela Avenida Central e Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, aquele exercido pela Rua Direita e Casa Branca, em São Paulo.

³² R. Notas de um fluminense. *A Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 32, set. 1910, p. 86-88.

- CAMPOS, Humberto de. O prestígio do sabonete. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CAMPOS, Humberto (sob o pseudônimo de Conselheiro XX). Os automóveis. *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.
- CAMPOS, Humberto de. A Academia. *Da Seara de Booz (1915-1916)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1945.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COELHO NETO. *A conquista*. Porto: Cardron, 1921.
- _____. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922.
- _____. *O Polvo*. São Paulo: Jornal do Comércio, 1924.
- _____. *O Etna. Bazar*. Porto: Chardron, 1928.
- COSTALLAT, Benjamim. *Modernos...* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1920.
- DIMAS, Antônio. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Littera*, São Paulo, ano IV, n. 12, set.- dez. 1974.
- DUNLOP, C. J. *Rio antigo*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1960.
- FABRIS, Annateresa. O cenário e o espaço do trabalho: representações da modernidade na produção cultural brasileira (1900-1922). *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 50, jan. - dez. 1992.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v. 6, n. 14, jan./abr. 1992.
- FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FONTES, Hermes. Os novos rythmos da vida. *Juizos Ephemeros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- GICOVATE, Moisés. *Lima Barreto: uma vida atormentada*. São Paulo: Melhoramentos, s.d..
- HARDMAN, Francisco Foot. Técnica e sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial. *Remate de Males*, Campinas, n. 7, 1987.
- LEFÉBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LISBOA, Alfredo. A Avenida Central. *Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.
- LUSO, João. Impressões dum atropelado. *Reflexos do Rio*. Porto: Chardron, 1923.
- MAGALHÃES, Couto de. Aspectos da rua: os autos. *A Cigarra*, São Paulo, n. 08, ago. 1914.
- MARTINS, Luis. Do folhetim à crônica. *Suplemento Literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1972.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e miséria: as raízes da Revolta de 1904*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Mérito, 1948.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer. As crises da Monarquia e o Movimento Republicano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985.

- R. Notas de um fluminense. *A Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 32, set. 1910.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIO, João do (sob o pseudônimo de P. B.). *Bahia Illustrada*, n. 39, jun. 1921.
- _____. *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 114, jan. - jun. 1983.
- _____. *Orfeu extático na metrópole - São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESUMO

ESPAÇO E VIVÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES MODERNIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No presente artigo, analisamos o processo modernizador por que passa o Rio de Janeiro durante a Primeira República, ressaltando sua influência nas concepções de tempo e espaço, junto ao imaginário popular. Abordamos, neste sentido, toda uma gama de conceitos relativos a tais transformações, aliando-as às modificações urbanas concretas sofridas pela Capital Federal no período presidencial de Rodrigues Alves.

Palavras-Chave: Rio de Janeiro; Urbanismo; Modernidade; Tempo; Espaço.

ABSTRACT

PLACE AND TIME: RIO DE JANEIRO'S MODERNITY ON THE FIRST REPUBLIC

The present article analyses the cultural and social context of Brazilian history, and points out to two aspects of Rio de Janeiro modernity on the turn-of-the-century: time and place. Adopting a historical perspective, it reveals some urbanistics aspects of Brazilian society on Rodrigues Alves government.

Keywords: Rio de Janeiro; Urbanization; Modernity; Time; Place.